

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A838	<p>Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Elisângela Maura Catarino. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-211-1 DOI 10.22533/at.ed.111202107</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Catarino, Elisângela Maura.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer que apresentamos a vocês caríssimos leitores a Coletânea “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, composta por 71 textos, oriundos de autores de vários lugares do Brasil, organizado em três volumes, que perpassam pela educação brasileira estabelecendo liames com artefatos da história, política e cultura do nosso povo.

Educar é um ato político e ao mesmo tempo cultural. Os aspectos históricos da educação brasileira nos mostram seu percurso, possibilitando-nos, conhecer sua conjuntura e estrutura. Nos dias que correm, cabe o questionamento: que educação atenderia a conjuntura atual marcada por diversidades e por identidades plurais?

Nessa ótica de pensamento, o volume 1 desta coletânea, traz, em dois eixos temáticos, a educação em diálogo com aspectos significativos da diversidade de políticas e de culturas que povoam os espaços educacionais, se materializando em 24 textos reflexivos por onde perpassam termos que servem de guias para importantes debates e discussões. Tais como: autonomia, democracia, saberes pedagógicos, educação popular, sistema, instrução, intervenção, inclusão, prática, reinserção, interdisciplinaridade, direito de escolha, formação de professores, entre outros.

Isto dito, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Elisângela Maura Catarino

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR E FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	
Lidnei Ventura Klalter Bez Fontana Roselaine Ripa	
DOI 10.22533/at.ed.1112021071	
CAPÍTULO 2	12
A CONTRIBUIÇÃO DE CHARBONNEAU À EDUCAÇÃO: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS NO BRASIL ENTRE 1959 A 1987	
Jefferson Fellipe Jahnke	
DOI 10.22533/at.ed.1112021072	
CAPÍTULO 3	17
A DEMOCRACIA E A ESCOLA EM UM CENÁRIO PANDÊMICO: A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DIANTE DA COVID-19	
Renata Cecilia Estormovski Juliana Venzon	
DOI 10.22533/at.ed.1112021073	
CAPÍTULO 4	28
A EDUCAÇÃO POPULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA: UM DIÁLOGO PEDAGÓGICO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	
Aline Praxedes de Araújo Aparecida Barbosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1112021074	
CAPÍTULO 5	39
A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA, AOS MOLDES DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL, NA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE	
Eduardo Freitas Gorga Elisa Pinheiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.1112021075	
CAPÍTULO 6	53
A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA EM UMA TURMA DO 6º ANO	
Rosimere dos Santos Nascimento Alves Hélio Rosa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1112021076	
CAPÍTULO 7	67
A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NAS CADEIAS PARAENSES: ORIGENS E FUNCIONAMENTO (1871-1940)	
Cilicia Iris Sereni Ferreira Orlando Nobre Bezerra de Souza Ney Cristina Monteiro de Oliveira Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno	
DOI 10.22533/at.ed.1112021077	

CAPÍTULO 8 80

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA ORFANDADE E ADOÇÃO

Isabelle Cerqueira Sousa
Ana Maria Fontenelle Catrib
Sílvia Helena de Amorim Martins
Patrícia do Carmo Lima
Tallys Newton Fernandes de Matos
Luiza Valeska Mesquita Martins
Sarah Lorena Silva Macêdo

DOI 10.22533/at.ed.1112021078

CAPÍTULO 9 92

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR

Lucio Araujo Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.1112021079

CAPÍTULO 10 104

A PRÁTICA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Rodrigo Bastos Daude
Carlos Augusto Cardoso de Jesus
Gabrielle Correia Silva dos Santos
João Pedro Marques Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.11120210710

CAPÍTULO 11 116

A REINSERÇÃO DE JOVENS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: O PROJÓVEM URBANO NO HORIZONTE

Maria Aparecida de Queiroz
Marcos Torres Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.11120210711

CAPÍTULO 12 127

AQUISIÇÃO DA ESCRITA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VALORIZANDO OS SABERES DA COMUNIDADE LOCAL

Jullyane Glaicy da Costa Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.11120210712

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II

CAPÍTULO 13 138

AS CIÊNCIAS SOCIOLOGICA E HISTÓRICA: UMA RELAÇÃO DE INTERDISCIPLINARIDADE ESTRUTURAL

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

DOI 10.22533/at.ed.11120210713

CAPÍTULO 14 148

AS CONTRIBUIÇÕES DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA PRÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Thais Tamires Guimarães da Costa
Francisca Celia Lima Paula
José Ygor Ribeiro dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.11120210714

CAPÍTULO 15	158
AS GINÁSTICAS E AS DIMENSÕES DO CONTEÚDO NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kelly Silva Teixeira Thais Vinciprova Chiesse de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.11120210715	
CAPÍTULO 16	174
AS INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Leonardo Mendes Bezerra Marinete Aparecida Martins Leo Victorino da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.11120210716	
CAPÍTULO 17	182
ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SOBRE A UNIVERSIDADE, UM ESTUDO HISTÓRICO II	
Oscar Edgardo Navarro Escobar	
DOI 10.22533/at.ed.11120210717	
CAPÍTULO 18	194
BALANÇO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UNIVERSALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NOS CURSOS DE DIREITO DA REGIÃO DO VALE DO JAURU E DE CÁCERES – MT NO PERÍODO DE 2009-2019	
André Luiz Picoli Herrera	
DOI 10.22533/at.ed.11120210718	
CAPÍTULO 19	203
BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Lineise Auxiliadora Amarilio dos Santos Cláudia Araújo de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.11120210719	
CAPÍTULO 20	213
CENTROS RURAIS DE INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO EM SERVIÇO: REFLEXÕES SOBRE/ A PARTIR DA METODOLOGIA SEQUÊNCIA FEDATHI	
Ana Carmen de Souza Santana Mirley Nádila Pimentel Rocha Roberta Cavalcante de França Lara Saldanha Meneses Nepomuceno	
DOI 10.22533/at.ed.11120210720	
CAPÍTULO 21	220
INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NA PRÁTICA AVALIATIVA DE UMA GESTÃO DA SALA DE AULA EM CÍRCULO DE CULTURA	
Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti Zelia Maria dos Santos Freitas José Santos Pereira Glória Maria Alves Machado	
DOI 10.22533/at.ed.11120210721	

CAPÍTULO 22	226
CONTAR E OUVIR HISTÓRIAS: UM JEITO DIFERENTE DA CRIANÇA DESCOBRIR E COMPREENDER O MUNDO	
Maria Cristina Pinheiro da Silva	
Elaine Gaiva Leal	
Vanusa Aparecida Almeida	
Luiz Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.11120210722	
CAPÍTULO 23	233
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
Lucimara da Cunha Santos	
Dafne Fonseca Alarcon	
Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	
DOI 10.22533/at.ed.11120210723	
CAPÍTULO 24	243
DIREITO DE ESCOLHA? UM OLHAR SOBRE A SEDUÇÃO POLÍTICA DO NOVO ENSINO MÉDIO	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima	
Bárbara Carine Soares Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.11120210724	
SOBRE OS ORGANIZADORES	254
ÍNDICE REMISSIVO	256

BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Data de aceite: 01/07/2020

Lineise Auxiliadora Amarilio dos Santos

Pedagoga. Especialista em Tradução Interpretção e Docência em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas na Educação Básica. Acadêmica de Pós-Graduação em Mestrado em Estudos Fronteiriços – 2018-2020 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal. Professora Formadora da Coordenadoria Regional de Educação –Corumbá e Ladário – CRE3.

Cláudia Araújo de Lima

Pedagoga. Especialista em Processos Educacionais na Saúde com ênfase em Tecnologias. Mestre e Doutora em Saúde Pública. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação – Área de Concentração: Educação Social. Coordenadora e Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Políticas Públicas, Direitos Humanos, Gênero, Vulnerabilidades e Violências – NEPI/ Pantanal. Coordenadora e Pesquisadora do Observatório EÇAÍ: Educação, Saúde, Desenvolvimento e outros direitos humanos de crianças e adolescentes na fronteira Brasil e Bolívia. Coordenadora do Grupo de Estudos - Mulheres da Fronteira: Educação, Gênero e Estudos sobre Feminicídios. Atua nas áreas de Educação e Direitos Humanos, Educação Social, Educação em Espaços não Escolares, Educação Étnico-racial, Gênero e Diversidade, Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem.

RESUMO: Este artigo aborda o bilinguismo na educação de surdos na fronteira Brasil–Bolívia. Apesar dos avanços históricos na educação de surdos no que diz respeito ao reconhecimento e valorização da língua de sinais e da adoção da política linguística bilíngue observamos aspectos ainda não efetivados na educação bilíngue. Este estudo pretende analisar o contexto formal de aquisição da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa como segunda Língua nas escolas de Corumbá. É um estudo bibliográfico e documental onde discutiremos as categorias Bilinguismo, Fronteira, Surdez e Língua de Sinais – AEE

PALAVRAS-CHAVE: Bilinguismo –Fronteira – Língua de Sinais – Surdez – Atendimento Especializado.

BILINGUISM IN DEAF EDUCATION ON THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER: SOME CONSIDERATION

ABSTRACT: This article approaches bilingualism in the education of the deaf in Brazil - Bolivia border. Despite the historical advances in the education of deaf people regarding the recognition and valorization of sign language

and the adoption of bilingual linguistic politics, we have observed aspects not yet effective in bilingual education. This study intends to analyze the formal context of acquisition of the Sign Language and Portuguese Language as the second Language in the schools of Corumbá. It is a bibliographic and documentary study where we will discuss the categories Bilingualism, Border, Deafness and Sign Language

KEYWORDS: Bilingualism - Frontier - Sign Language - Deafness.

BILINGÜISMO EN SORDOS EDUCACIÓN SOBRE LA FRONTERA BRASIL-BOLIVIA: ALGUNAS CONSIDERACIONES

RESUMEN: Este artículo aborda el bilingüismo en la educación de sordos en la frontera entre Brasil y Bolivia. A pesar de los avances históricos en la educación de las personas sordas con respecto al reconocimiento y la valorización del lenguaje de señas y la adopción de políticas lingüísticas bilingües, hemos observado aspectos que aún no son efectivos en la educación bilingüe. Este estudio pretende analizar el contexto formal de adquisición de la lengua de signos y la lengua portuguesa como segunda lengua en las escuelas de Corumbá. Es un estudio bibliográfico y documental en el que discutiremos las categorías Bilingüismo, Frontera, Sordera y Lenguaje de Señas.

PALABRAS CLAVE: Bilingüismo - Frontera - Lenguaje de Señas - Sordera.

INTRODUÇÃO

Historicamente o bilinguismo na educação de surdos surgiu em oposição às filosofias Oralista e de Comunicação Total nas décadas de 1960 e 1970, onde a primeira tentava impor a comunicação oral às pessoas surdas e a segunda era uma mistura de ambas, ou seja, da fala e dos sinais. Estas filosofias representaram o pensamento da maioria ouvinte, e a concepção clínico-terapêutica da surdez que efetivamente, não atenderam às especificidades das pessoas surdas ocasionando-lhes inúmeros atrasos no seu desenvolvimento.

A adoção do bilinguismo na década de 1980 no Brasil, foi decorrente da organização e luta da comunidade surda que não aceitou que a educação de surdos fosse parte da política da Educação Inclusiva, passando a exigir o reconhecimento da língua de sinais, a valorização da cultura e identidade surda.

Pesquisas linguísticas como a de Ferreira-Brito (1993), contribuíram significativamente para a valorização da língua de sinais para a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes assim como para a valorização da cultura e da identidade surda.

A Lei 10436/2002, conhecida popularmente como Lei de Libras, oficializou a língua de sinais no Brasil e o Decreto Nº 5626/2005, regulamentou esta lei e apontou caminhos para a efetivação da política bilíngue, na medida em que definiu atribuições às instituições

de ensino pertencentes às três esferas governamentais, no que diz respeito à formação de professores bilíngues; profissionais especializados entre os quais tradutores intérpretes de libras e instrutores surdos; Atendimento Especializado aos estudantes surdos com a oferta da Língua de Sinais como língua de instrução, e da Língua Portuguesa escrita na modalidade de segunda língua nas instituições de ensino desde os níveis mais elementares.

O Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa (BRASIL, 2014) também corroborou na definição dessa política linguística reiterando as estratégias e ações necessárias para a sua efetivação no que diz respeito à valorização da língua da identidade surda e da cultura, difusão da língua de sinais na sociedade, formação de profissionais especializados para atuar nesse contexto.

É inegável que houve avanços históricos no que diz respeito à política educacional das pessoas surdas, apesar dos retrocessos quanto ao reconhecimento da língua de sinais, da cultura e identidade das pessoas surdas, a exemplo do Congresso de Milão, na Itália, que em 1880, proibiu o uso da língua de sinais por praticamente um século no mundo todo.

No Brasil, apesar desse aparato legal e decorrido quase duas décadas da Lei Nº 10436/02 e do Decreto Nº 5626/05, observamos aspectos ainda não efetivados, apesar da mobilização nacional para implantar esses instrumentos indispensáveis à efetivação da política bilíngue. Podemos citar alguns deles entre os quais: inclusão da disciplina de Libras no currículo dos cursos de formação de professores nos cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia nas Instituições Federais de Ensino; exames de Certificação Nacional de Proficiência em Libras (PROLIBRAS); criação dos Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) que corroboraram para a efetivação da política de formação, assim como as Associações representativas da comunidade surda entre outros. Em Mato Grosso do Sul isso ficou evidenciado na medida em que acompanhei de perto o percurso da educação de surdos, por estar atuando nesse contexto e participar da comunidade surda de fronteira.

BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Inicialmente é necessário considerar que o bilinguismo na Bolívia iniciou no ano de 2010 a partir do reconhecimento da LSB – Lengua de Señas Boliviana pelo Decreto Supremo nº 0328, pelo presidente Evo Morales Ayma, sendo implantada a educação bilíngue- bicultural dos surdos. Bolívia (2010)

Conforme o Decreto Nº 0328 no artigo 3:

“Se reconoce la Lengua de Señas Boliviana como médio de comunicación de las personas sordas, que les permite participar activamente em los diferentes niveles de la sociedade, dentro del marco legal y el derecho a la inclusión en su conjunto y acceder a información.”

A partir dessa lei um breve percurso histórico pela educação de surdos da Bolívia evidencia avanços semelhantes aos do Brasil, como surgimento Centro de Investigación de Lengua de Señas Boliviana. Anteriormente, a partir do ano de 1932 foi criado o primeiro Centro para Sordos assim como associações de intérpretes de Lengua de Señas, em cidades como Cochabamba, Sucre, Santa Cruz e La Paz entre outras.

O Decreto Supremo nº 0328 também define a educação bilingue–bicultural e estratégias necessárias para a implantação da educação de surdos:

“Crear condiciones lingüísticas y educativas en la escuela, involucrando en el proceso desde el portero hasta el director. • Promover el uso de la LSB en todos los estamentos de la comunidad educativa. • Involucrar a los familiares en todo el proceso educativo. • Definir y dar significado al papel de la LSB. • Apoyar el empoderamiento de los Sordos. • Crear recursos didácticos visuales. • Involucrar a los Sordos en todo el proceso educativo (co-responsabilidad). • Preparar a los docentes en educación bilingüe, teórica y prácticamente. • La educación bilingüe - bicultural debe estar inscrita en el Plan Educativo Institucion”. BOLÍVIA (2010).

Esses instrumentos necessários à construção da educação bilíngue-bicultural, também estão presentes na proposta bilíngue para a educação de surdos do Brasil.

Dito isto, podemos considerar que a proposta de Educação Bilingue é um caminho a ser construído pelos países vizinhos Brasil-Bolívia.

QUADROS (2006 p. 13) afirma que o contexto bilingue da criança surda é marcada pela coexistência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa.

Na fronteira Brasil-Bolívia pode-se considerar que a identidade e cultura surda foram construídas historicamente na convivência entre os usuários da língua de sinais nos contextos escolar e social, conforme ainda salienta Stroebel (2008, p.19): “que um ser humano, em contato com o seu espaço cultural, reage cresce e desenvolve, a sua identidade, isto significa que os cultivos que fazemos são coletivos e não isolados”.

Para o espaço da fronteira Brasil-Bolívia que nesse ponto, direciono o olhar, considerando que as relações aqui existentes, são de proximidade em diversos espaços, o que caracteriza a própria ambiguidade que o conceito de fronteira traz em si. Apesar da divisão territorial entre os países é observado que existe uma aproximação entre os integrantes da comunidade surda. A fronteira portanto, é contraditória na medida em que aproxima e separa.

A afirmação de Costa & Oliveira (2012), onde a fronteira é de fato, vivida por seus habitantes como um espaço contínuo de tráfego de pessoas, mercadorias, conhecimentos e tradições, ou seja, são coletividades que se vinculam através da linha divisória entre os países, contextualiza esse aspecto.

Isso se evidencia nos indivíduos pertencentes à comunidade surda da região de

fronteira que constantemente adentram o território brasileiro e boliviano, de acordo com a necessidade e interesses comuns: frequentar escolas, trabalho, lazer, convivência com os seus pares.

Na fronteira Brasil-Bolívia, faz parte do cotidiano do aluno boliviano estudar em escolas brasileiras principalmente pela existência do Acordo Bilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, aprovada internamente pelo Decreto Legislativo n. 64, de 18 de abril de 2006, e promulgado pelo Decreto n.64, de 18 de abril de 2006, e promulgado pelo Decreto n. 6737, de 12 de janeiro de 2009, estabeleceu as normas para:

“permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos” e que permite em seu art. 1º, “o ingresso, residência, estudo, trabalho, previdência social e concessão de documento especial de fronteiro a estrangeiros residentes em localidades fronteiriças”. O documento necessário para o ingresso e permanência legal de bolivianos no Brasil é conhecido como “documento especial fronteiro”, que propicia a figura legal do “cidadão fronteiro” e possibilita que ele estude e/ ou trabalhe na cidade de Corumbá, no Brasil.

Os estudantes surdos residentes em Puerto Quijarro, a aproximadamente cinco quilômetros de Corumbá, aprendem a Libras em escolas de Corumbá e no convívio comunidade surda local.

HANNERZ (1997), nos traz os conceitos de Fronteiras e Limites como um espaço de contatos e interações, ao invés de marcar culturas isoladas, assim como o conceito de Híbridos que nos possibilita enxergar a realidade fronteira como uma fenômeno original de transculturação, “tornando mais complexa a tendência essencialista de ver a cultura apenas como marcador de grupos, separando-os de forma absoluta.”

Partindo dessa afirmação, podemos considerar que essa proximidade linguística e cultural entre os surdos brasileiros e bolivianos não é dissipada pela divisão territorial, pois essa proximidade emerge cotidianamente na estreita relação nos contextos escolar e social. Os usuários da língua de sinais poderão apresentar diversas identidades em diversos momentos da sua vida estando às mesmas ligadas ao processo de aquisição da língua de sinais, a proximidade com a comunidade surda e ouvinte assim como diversos outros fatores.

Como o bilinguismo se evidencia no espaço formal de aquisição das duas línguas: a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa como segunda Língua?

O Decreto Nº 5626/2005, no art.22 do capítulo VI, já discorre sobre as escolas e classes bilíngues. Posteriormente, o espaço bilíngue está definido no documento do MEC (2007), que orienta o atendimento especializado (AEE), na perspectiva da Educação Inclusiva para a pessoa surda. Esse atendimento deve acontecer nas Salas de Recursos Multifuncionais. O AEE deve prever três diferentes momentos de aprendizado nesse contexto: O ensino em Libras, o ensino da Libras e o ensino da Língua Portuguesa escrita para os estudantes surdos. Segundo este documento os atendimentos devem ocorrer em

sala de ensino comum, no contraturno, assegurando aquisição de todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, o conhecimento dos diversos conteúdos curriculares e as especificidades da língua de sinais.

O ensino em Libras e o ensino da Libras, previsto no documento sobre o AEE, enfatizam a prioridade para o professor/instrutor surdo. Além desses tempos de aprendizagem, orienta-se que a organização didática deve privilegiar os recursos visuais, pois estes favorecem a abstração dos estudantes surdos, o planejamento em conjunto por todos os profissionais que trabalham com os surdos, assim como propostas pedagógicas que atendam as diferenças.

A aquisição da Língua Portuguesa na modalidade escrita pelo estudante surdo prevista na educação bilingue, apresenta um grau de dificuldade semelhante ao de uma língua estrangeira. Essa dificuldade justifica-se por ser ela de uma modalidade diferente da língua gestual-visual. Todavia o estudante surdo tem condições de desenvolver-se e produzir um texto com coerência desde que tenha pleno conhecimento da língua de sinais. Para que isso ocorra, o processo de aquisição da primeira língua, a Língua de Sinais, deve iniciar desde a primeira infância.

O percurso histórico educacional dos surdos na fronteira Brasil-Bolívia evidencia que a maioria deles ingressou tardiamente na escola. Atualmente já encontramos estudantes surdos inseridos na Educação Infantil, o que há bem pouco tempo atrás não ocorria.

Observa-se aí a importância das crianças surdas terem contato com uma língua em que possa se expressar, sendo a língua de sinais o instrumento para o seu desenvolvimento emocional, psicológico e social. Conforme Santana (2015), “a língua de sinais, por sua modalidade gestual-visual, é a língua propícia para o surdo estabelecer relações sociais, manifestar-se culturalmente e construir sua própria identidade”.

É necessário enfatizar que a grande maioria das crianças surdas nasce numa família de ouvintes. A recomendação é que a criança surda esteja inserido em um ambiente linguístico que favoreça a aquisição da Língua de Sinais

Segundo (Botelho, 2005 p.111) “[...] a educação bilingue para surdos propõe a instrução e o uso em separado da língua de sinais e do idioma de seu país, de modo a evitar deformações de uso simultâneo.

De acordo com Lodi (2013),

“Trabalhar com a abordagem bilíngue para surdos pressupõe o conhecimento aprofundado das duas línguas envolvidas no processo; porém, é importante não o reduzir apenas às questões gramaticais e estruturais dessas línguas. Devemos dar a elas a importância que cada uma tem na construção de conceitos e formação social da mente.[...] O bilinguismo é muito mais do que a exposição a duas línguas: é parte de um projeto maior de empoderamento do surdo e propicia que o papel da escola seja cumprido na construção de conhecimento e na constituição autônoma dos estudantes.”

Portanto é fundamental que haja profissionais bilíngues atuando nesse contexto e de preferência profissionais surdos, para que identidade cultural surda seja referência aos

estudantes e não apenas o aspecto gramatical da língua de sinais.

Fernandes (2006) apud Santana (2015) esclarece que a educação bilíngue impõe a necessidade de um novo olhar sobre o surdo, assim como a transformação “da situação monolíngue da escola, fundada na língua portuguesa”, representando ainda um projeto utópico para a maioria das escolas.

O município de Corumbá em Mato Grosso do Sul, conta com esses espaços de aprendizado a partir do ano de 2005 a 2010, onde foram instalados nas escolas públicas estaduais e municipais. Segundo o Plano Municipal de Educação de Corumbá (2015-2025), as SRM foram implantadas para apoiar a oferta do AEE mediante parceria entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e os municípios mediante envio de recursos pedagógicos e acessibilidade a equipamentos tecnológicos para equipar a SEM.

De acordo com o Plano Municipal de Educação de Corumbá/MS (2015 a 2025) existem dezesseis distribuídas nas Redes Estadual e Municipal de Ensino, sendo sete salas na Rede Estadual e nove na Rede Municipal. Nesse espaço os estudantes surdos devem adquirir a Língua de Sinais (L1) e a Língua Portuguesa (L2). No ano de 2018, foi verificado que a Rede Estadual de Corumbá dispõe de duas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). A Rede Municipal de Ensino dispõe de sete salas.

Os estudantes surdos brasileiros e bolivianos residentes nas cidades de Corumbá, no lado brasileiro e Puerto Quijarro, do lado boliviano, que estudam nas escolas do lado brasileiro e que frequentam o AEE, aprendem a Língua de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa escrita, prevista na proposta educacional bilíngue.

As escolas públicas da região atendem a uma população culturalmente diversa e respeitando os princípios da inclusão, deverá ofertar uma educação de qualidade a todos os estudantes indistintamente.

Como a escola deve trabalhar esse estudante de forma que ele construa a sua identidade surda? A identidade surda fronteiriça marcada pelo estreitamento de laços culturais e identitários, que ultrassa no espaço fronteiriço, as linhas delimitadas pela divisão territorial dos dois países.

Carvalho, 2008 apud Sá (2011), considera que o princípio inclusivo ressalta o respeito à singularidade e à diversidade de cada sujeito na sociedade, bem como a qualidade da educação oferecida a todos, pois, como constatamos nas estatísticas, muitos são os excluídos, além dos portadores de deficiência.

Nesse contexto, a escola deve valorizar a diversidade sob uma ótica multicultural. De acordo com Fernandes (2008)

O multiculturalismo dentro da educação vem como decorrência de se ter alunos pertencentes a diferentes universos na sala de aula, do ponto de vista cultural, social, linguístico e religioso e de se ter o desafio de transformar o espaço escolar em um espaço democrático, que possa oferecer igualdade de oportunidades, dando por isso mesmo condições de atendimento educacional diferente a alunos diversos. (p.93)

Kelman *apud* Fernandes (2008) considera que o Multiculturalismo pode ser definido de várias formas:

Trata-se de estabelecer níveis de responsabilidade e garantia de igualdade de direitos humanos às pessoas com diferentes origens, crenças, etnias, gêneros; uma convivência pacífica entre os membros pertencentes aos grupos minoritários e os grupos majoritários de uma comunidade *social, sem qualquer discriminação. (p.91)*

Convém pontuar que a língua de sinais americana (ASL) influenciou a Lengua de Señas Boliviana (LSB) bem como a língua de sinais francesa influenciou a língua de sinais brasileira (LIBRAS). As línguas de sinais não são universais. Apesar de pertencerem à modalidade gestual visual, cada país tem a sua Língua de Sinais, podendo esta sofrer variações de região para região.

Entre as línguas de sinais ocorre similaridade no léxico, quando falamos de um único país. Essa similaridade acontece em determinadas regiões, como se observa no Brasil por exemplo. Entretanto de país para país a estrutura lexical apresenta diferenças.

A Lengua de Señas Boliviana (LSB), a princípio é a primeira língua para os surdos. Todavia na fronteira Brasil-Bolívia a Libras, torna-se a língua de instrução de surdos residentes na cidade Puerto Quijarro.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou ferramentas pesquisa documental e bibliográfica. Conforme Reis (2016, p.60) a análise documental representa uma fonte natural de informação, que pode ser revisado pelo pesquisador dando mais estabilidade aos estudos. É uma pesquisa qualitativa e exploratória, onde além da pesquisa documental foi feita uma análise bibliográfica de artigos e dissertações que abordam a temática sobre o bilinguismo na base de dados Scielo e Redalyc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que as escolas do lado brasileiro da fronteira Brasil-Bolívia acolhem estudantes surdos e ouvintes brasileiros e bolivianos. A relação histórica de proximidade entre estes países também assegurada legalmente e está evidenciada nos diversos contextos sociais do espaço da fronteira.

Inserido no contexto educacional, o estudante surdo residente em Puerto Quijarro, que frequenta o AEE, adquire a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa escrita na modalidade segunda língua, apesar da Lengua de Señas Boliviana (LSB) ser instituída no país vizinho.

Apesar dos avanços históricos na educação de surdos e da legalização da proposta bilingue no Brasil há quase quatro décadas, ainda encontramos aspectos não efetivados.

Na fronteira Brasil-Bolívia ainda não observamos a atuação efetiva do professor surdo no serviço especializado - AEE, mesmo que legalmente este profissional tenha prioridade no ensino para o estudantes surdos, pelos aspectos já abordados neste estudo. Apenas no ano de 2016 contamos com uma professora surda atuando neste serviço em uma escola no município de Corumbá.

Atualmente os profissionais que atuam no AEE são profissionais Tradutores Intérprete de Libras (TILS) com formação - cursos, Especialização em Libras e que passam por avaliação de aptidão em LIBRAS no CAS/MS para atuar como professor do AEE, neste último ponto, em se tratando dos profissionais Rede Estadual de Ensino.

Na fronteira Brasil-Bolívia a Libras é utilizada pelo povo surdo e pela comunidade surda nos diversos espaços sociais sendo que a Lengua de Señas é conhecida por uma minoria de surdos adultos que mantém contato com surdos de outras regiões da Bolívia e tem algum conhecimento desta língua, todavia a Libras é a língua em uso nesta fronteira.

A Língua de Sinais Brasileira (Libras) torna-se a língua de instrução e o instrumento de aquisição da Língua Portuguesa, ambas consideradas a princípio, línguas estrangeiras para o surdo residente na Bolívia.

Conforme Dorziat (2015), não há estrangeirismo que faça estranha a sua própria família [...] a pátria brasileira dos surdos não possui as mesmas fronteiras dos ouvintes, porque sua fronteira é imaterial e existe onde estiver viva a Língua de Sinais, onde houver surdos interagindo de forma natural.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/leis-ordinarias/2002> Acesso em 31 Jul. 2019
- BRASIL. Decreto Nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2005. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm Acesso em 16 Jul 2019
- BRASIL, Decreto nº. 6.737 de 12 de Janeiro de 2009. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6737.htm Acesso em 29 Jul. 2019
- BRASIL. Ministério da Educação/SECAD. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue–Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília, 2014
- BOLÍVIA. Decreto Supremo Nº 0328- Reconoce la Lengua de Señas Boliviana –LSB como medio de acceso a la comunicación de las personas sordas en Bolivia y establecer mecanismos para consolidar su utilización. 2010 Disponível em : www.minedu.gob.bo/files/publicaciones/veaye/dgee/D.S.-0328--2009-Consejo-Lengua-de-Senas-Boliviana.pdf Visitado em : 31 Jul. 2019.
- BOLÍVIA. Curso de enseñanza em Lengua de Señas. Módulo 1 -Bolívia, 2010 Disponível em: <https://www.minedu.gob.bo/files/publicaciones/veaye/dgee/CURSO-DE-ENSEÑANZA-DE-LA-LENGUA-DE-SENAS-BOLIVIANA-Modulo-1.pdf> Acesso em : 31 Jul. 2019
- BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

COSTA & Oliveira. Mestrado Interdisciplinar em Estudos Fronteiriços/UFMS: Perspectivas Discussões e Pesquisa. Gustavo Villela Lima da Costa* Marco Aurélio Machado de Oliveira* Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 4, n. 6, jan./jul. 2012

DAMÁZIO. Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento Educacional Especializado - Pessoa com Surdez. SEESP/ SEED/MEC. Brasília/DF -2007 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf Acesso em 26 Abr.2019

FERNANDES, Eulália; QUADROS, Ronice Muller ...[et.al.]. Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação.2005

HANNERZ, Ulf. Fluxo, Fronteiras, Híbridos: Palavras Chave da Antropologia Transnacional. Mana, v. 1, n. 3, p. 7-39, 1997. Metodologia de Pesquisa.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49 - 63, jan./mar. 2013 Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a04.pdf Acesso em: 31 Jul. 2019

Plano Municipal Educação do Município de Corumbá (2015) Disponível em: leis.camaracorumba.ms.gov.br/.../PME_CORUMBÁ_2015 Acesso em 10 Jul. 2019

QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais brasileira. estudos linguísticos/Ronice Muller de Quadros e Lodenir Becker Karnopp. Porto Alegre:Artme,2004

QUADROS. Ronice Müller de. Idéias para ensinar português para alunos surdos / Ronice Muller Quadros, Magali L. P. Schmiedt. – Brasília : MEC, SEESP, 2006. 120 p. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf Acesso em 29 Jul. 2019

REIS, Marlene B. de Freitas. Educação Inclusiva: limites e perspectivas/ Marlene Reis. Goiânia; Descubra, 2006

SÁ, Nídia de. Surdos: Qual escola?/ Nídia de Sá. – Manaus: Editora Valer e Educar, 2001.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. Educação & Sociedade, v. 26, n. 91, maio/ago. 2005.

SANTANA, Lucinéia da Silva. Aquisição da língua escrita pelo surdo: um processo a ser questionado. ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, São Paulo, 44 (2): p. 491-505, maio-ago. 2015 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/download/989/602> Acesso em 31 Jul. 2019

SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, Mediação. 1998

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda/ Karin Stroebel. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 51, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 90, 91, 98, 109, 194, 201, 203, 204

Análise de Conteúdo 174, 180

Aprendizagem Significativa 127, 130, 136, 137, 148, 149, 151, 152, 156, 157

Aquisição da Escrita 127

Autonomia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 24, 28, 30, 37, 42, 43, 49, 64, 95, 120, 164, 172, 180, 181, 187, 188, 189, 219, 235, 244, 245, 249, 250, 252

B

BNCC 3, 28, 29, 33, 36, 62, 127, 128, 130, 165, 166, 168, 169, 171, 247

Brasil Colônia 70, 182

C

Círculo de Cultura 220, 221, 222, 223, 224, 225

Conselho Deliberativo 1, 2, 6, 8, 9

Cotas 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Cultura Popular 30, 31, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

D

Democracia 5, 7, 8, 11, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 143, 180, 189, 192, 242, 251, 253

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 140, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255

Educação à Distância 39, 100

Educação Básica 3, 4, 18, 25, 42, 47, 62, 65, 67, 68, 93, 95, 96, 105, 127, 128, 129, 130, 132, 136, 137, 168, 169, 171, 172, 180, 203, 224, 238, 244, 245, 247, 250

Educação Física 77, 158, 159, 160, 162, 164, 171, 172, 173

Educação Popular 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 37, 38

Educação Prisional 67

Educação Superior 51, 53, 93, 95, 96, 182, 187, 188, 192, 194, 195, 201, 220, 221, 223, 242

Ensino Fundamental 24, 38, 41, 43, 44, 53, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 94, 95, 96, 97, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 125, 130, 137, 148, 149, 157, 169, 189

Ensino Médio 24, 25, 28, 31, 33, 36, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 54, 65, 94, 95, 96, 97, 121, 169, 178, 199, 201, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

F

Formação Docente 155, 174, 176, 178, 180, 219, 254

Formação em Serviço 213, 214, 215, 216, 218

Fronteira 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 235, 236

G

Gestão da Sala de Aula 220, 221, 223

Gestão Democrática 1, 5, 7, 8, 9, 10, 24, 26, 27

Ginásticas 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167

H

História 2, 7, 8, 12, 13, 15, 16, 22, 23, 28, 31, 34, 35, 36, 38, 48, 57, 67, 68, 79, 81, 84, 90, 111, 112, 113, 114, 126, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 166, 170, 175, 177, 180, 182, 183, 187, 190, 191, 192, 193, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 235, 238, 243, 244, 252

história da educação 2, 7, 8, 13

História da educação 15, 67, 68, 193

História da Educação 12, 38, 180, 193

I

Igreja Católica 12

Inclusão 116, 117, 119, 121, 122, 125, 126, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 209, 212, 213, 214, 215, 216, 236, 255

Inclusão Digital 213, 214, 215, 216

Interdisciplinaridade 29, 138, 139, 142, 147, 224, 225, 234, 235, 236, 237, 241, 242

L

Letramento 53, 54, 55, 58, 61, 65, 66, 127, 129, 130, 131, 211

M

Mapas Conceituais 148, 151

O

Orfandade 80, 81, 82, 91

P

Paulo Freire 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 107, 158, 159, 193, 222, 224, 225

Políticas Afirmativas 194, 196, 197, 198, 199, 200, 202

Políticas Educacionais 2, 3, 17, 19, 24, 61, 113, 120, 182, 224, 244, 254

Psicopedagogia 80, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 101, 103

R

Reinserção 116, 117, 118, 119, 121, 125

Residência Pedagógica 148, 149, 151, 156

S

Sociologia 48, 138, 139, 140, 142, 143, 147, 166, 181, 235

V

Violência no Trânsito 92, 94, 99, 101

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br